

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	31
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	37
1.1. O Direito Tributário como Ramo do Direito Público	37
1.2. Atividade Financeira do Estado	40
1.3. Definição de Tributo	44
1.3.1. Prestação pecuniária, em moeda ou cujo valor nela se possa expressar	45
1.3.2. Prestação compulsória	47
1.3.3. Prestação que não constitui sanção de ato ilícito	48
1.3.4. Prestação instituída em lei	50
1.3.5. Prestação cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada	50
1.4. Os Tributos em Espécies	53
1.4.1. A determinação da natureza jurídica específica do tributo	54
1.4.2. Os impostos	58
1.4.2.1. A criação dos impostos	60
1.4.2.2. Os impostos e o princípio da capacidade contributiva	61
1.4.3. As taxas	62
1.4.3.1. Taxas de polícia	63
1.4.3.2. Taxas de serviço	65
1.4.3.3. A base de cálculo das taxas	69
1.4.3.4. Taxas e preços públicos – Notas distintivas	73
1.4.4. As contribuições de melhoria	76
1.4.4.1. O cálculo da contribuição de melhoria	80
1.4.5. Os empréstimos compulsórios	82
1.4.5.1. Competência, casos e forma de instituição	84
1.4.5.2. Destinação da arrecadação	85
1.4.5.3. Restituição	86

1.4.6.	As contribuições especiais	87
1.4.6.1.	Contribuições sociais	92
1.4.6.2.	Contribuições de Seguridade Social e outras contribuições sociais	92
1.4.6.3.	Contribuições sociais gerais	94
1.4.6.3.1.	A contribuição para o salário educação.	95
1.4.6.3.2.	As contribuições criadas pela Lei Complementar nº 110/2001	96
1.4.6.3.3.	As contribuições para os serviços sociais autônomos.	97
1.4.6.4.	Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE	101
1.4.6.5.	Contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas – Contribuições corporativas	105
1.4.6.5.1.	Contribuição sindical	105
1.4.6.5.2.	Contribuições corporativas para o custeio das entidades de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas	106
1.4.6.6.	A Contribuição de Iluminação Pública – COSIP	109
1.5.	Classificações Doutrinárias dos Tributos	113
1.5.1.	Quanto à discriminação das rendas por competência: federais, estaduais ou municipais	114
1.5.2.	Quanto ao exercício da competência impositiva: privativos, comuns e residuais	114
1.5.3.	Quanto à finalidade: fiscais, extrafiscais e parafiscais	115
1.5.4.	Quanto à hipótese de incidência: vinculados e não vinculados	115
1.5.5.	Quanto ao destino da arrecadação: da arrecadação vinculada e da arrecadação não vinculada	116
1.5.6.	Quanto à possibilidade de repercussão do encargo econômico-financeiro: diretos e indiretos	117
1.5.7.	Quanto aos aspectos objetivos e subjetivos da hipótese de incidência: reais e pessoais	118
1.5.8.	Quanto às bases econômicas de incidência – A classificação do CTN	118
	 Questões	120
2.	LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR	125
2.1.	A Relação Tributária como Relação Jurídica	125
2.2.	As Garantias como Rol Não Exaustivo	126
2.3.	Quando as Garantias Configuram Cláusulas Pétreas	127

2.3.1.	As limitações que constituem garantias individuais do contribuinte	127
2.3.2.	As limitações que constituem proteção a outras cláusulas pétreas	128
2.4.	Princípios ou Regras?	129
2.5.	A Legalidade	130
2.5.1.	Demais matérias sujeitas à reserva legal	131
2.5.2.	Exceções ao princípio	132
2.5.3.	Legalidade e delegação legislativa	135
2.5.4.	Legalidade e medida provisória	138
2.6.	Princípio da Isonomia	141
2.6.1.	Acepções do princípio	141
2.6.2.	A isonomia tributária na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	142
2.6.2.1.	Percepção cumulativa de valores – Discriminação entre quem recebe rendimentos no momento adequado e quem os recebe em virtude de decisão judicial	142
2.6.2.2.	A contribuição previdenciária dos servidores inativos – Discriminação de servidores de diferentes esferas ...	144
2.6.2.3.	Discriminação com base na função ou ocupação exercida	145
2.6.2.4.	Discriminação entre as empresas lucrativas e deficitárias	145
2.6.2.5.	O Simples – Discriminação entre empresas com base na atividade exercida	146
2.6.3.	Isonomia e capacidade contributiva	147
2.7.	O Princípio da não Surpresa	153
2.7.1.	Princípio da irretroatividade	155
2.7.1.1.	Irretroatividade e CSLL	157
2.7.1.2.	Irretroatividade e IR	158
2.7.2.	Princípio da anterioridade do exercício financeiro	163
2.7.2.1.	Exceções à anterioridade do exercício financeiro	165
2.7.2.2.	Anterioridade e revogação de benefícios fiscais	167
2.7.2.3.	Anterioridade e medidas provisórias	168
2.7.3.	Princípio da anterioridade nonagesimal ou noventena	169
2.7.3.1.	Noventena e medidas provisórias	171
2.7.3.2.	Exceções à noventena	173
2.8.	Princípio do Não Confisco	174
2.8.1.	A configuração de confisco	175

2.8.2.	Perspectivas dinâmica e estática da tributação do patrimônio ..	178
2.8.3.	Pena de perdimento e confisco	180
2.8.4.	Taxas e princípio do não confisco	180
2.8.5.	Multas e princípio do não confisco	181
2.9.	Princípio da Liberdade de Tráfego	182
2.10.	Vedações Específicas à União – a Proteção ao Pacto Federativo	184
2.10.1.	O princípio da uniformidade geográfica da tributação	185
2.10.2.	Vedação à utilização do IR como instrumento de concorrência desleal – Princípio da uniformidade da tributação da renda	186
2.10.3.	Princípio da vedação às isenções heterônomas	187
2.10.3.1	Isenções heterônomas constitucionalmente permitidas	188
2.10.3.2	O caso da isenção decorrente de tratado internacional	189
2.11.	Princípio da Não discriminação Baseada em Procedência ou Destino	193
2.12.	Exigência de Lei Específica para Concessão de Benefícios Fiscais	193
2.13.	Imunidades	200
2.13.1.	Diferenciação de institutos assemelhados	200
2.13.2.	Imunidades e isenções	202
2.13.3.	Classificações doutrinárias das imunidades tributárias	205
2.13.3.1.	Quanto ao parâmetro para concessão: imunidades subjetivas, objetivas e mistas	205
2.13.3.2.	Quanto à origem: ontológicas e políticas	207
2.13.3.3.	Quanto ao alcance: gerais e específicas	207
2.13.3.4.	Quanto à forma de previsão: explícitas e implícitas	208
2.13.3.5.	Quanto à necessidade de regulamentação: incondi- cionadas e condicionadas	209
2.13.4.	As imunidades tributárias em espécie	209
2.13.4.1.	A imunidade tributária recíproca	209
2.13.4.2.	A imunidade tributária religiosa	220
2.13.4.3.	A imunidade tributária dos partidos políticos, sindi- catos de trabalhadores e entidades educacionais e assistenciais sem fins lucrativos	222
2.13.4.4.	A imunidade tributária cultural	229
2.13.5.	Imunidade tributária da música nacional	235
2.13.5.1	Detalhamento do objeto da imunidade	236
2.13.5.2	Tributos abrangidos	238
2.13.6.	Demais imunidades previstas na CF/1988.....	238
	 Questões	240

3. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA & LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	245
3.1. Competência para Legislar sobre Direito Tributário e Competência Tributária – Diferenças	245
3.1.1. Competência para legislar sobre Direito Tributário	246
3.1.1.1. O Código Tributário Nacional como norma geral em matéria tributária – Teoria da recepção	247
3.1.1.2. A regulação das limitações constitucionais ao poder de tributar	250
3.1.1.3. As disposições sobre conflitos de competência	250
3.1.2. Competência tributária	252
3.1.3. A repartição da competência tributária	255
3.1.3.1. A competência tributária privativa	255
3.1.3.2. A competência tributária comum	257
3.1.3.3. Competência tributária cumulativa	258
3.1.3.4. Bitributação e bis in idem	259
3.1.3.4.1. Bis in idem	260
3.1.3.4.2. Bitributação	260
3.2. Legislação Tributária	263
3.2.1. As leis	265
3.2.1.1. A lei em sentido estrito	265
3.2.1.2. As medidas provisórias	267
3.2.1.3. As leis delegadas	267
3.2.1.4. As resoluções do Senado Federal	267
3.2.1.5. Os decretos-leis	269
3.2.2. Tratados e convenções internacionais	270
3.2.2.1. O art. 98 do CTN	271
3.2.2.1.1. O impacto do tratado internacional sobre o direito interno	271
3.2.2.1.2. Os tratados internacionais e a legislação tributária superveniente – A visão do STF	273
3.2.2.1.3. Tratados normativos e contratuais e a legislação tributária superveniente – A visão do STJ	274
3.2.2.1.4. O Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT)	275
3.2.3. Os decretos	277
3.2.4. As normas complementares	278
3.2.4.1. Os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas	278

3.2.4.2.	As decisões dos órgãos coletivos e singulares de jurisdição administrativa a que a lei atribua eficácia normativa	279
3.2.4.3.	As práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas	280
3.2.4.4.	Os convênios que entre si venham a celebrar a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios	282
3.3.	Vigência e Aplicação da Legislação Tributária	283
3.3.1.	Validade, vigência e eficácia – noções gerais	283
3.3.2.	Vigência da legislação tributária no CTN	286
3.3.2.1.	Vigência espacial	287
3.3.2.1.1.	A extraterritorialidade prevista em convênio de cooperação	288
3.3.2.1.2.	A extraterritorialidade prevista em norma geral nacional	289
3.3.2.2.	Vigência temporal	289
3.3.2.3.	O art. 104 do CTN e o princípio da anterioridade	292
3.3.3.	Aplicação da legislação tributária	293
3.3.3.1.	Princípio da irretroatividade no CTN	293
3.3.3.2.	Exceções legais ao princípio da irretroatividade	295
3.3.3.2.1.	A lei expressamente interpretativa	296
3.3.3.2.2.	A lei mais benéfica acerca de infrações e penalidades	300
	Questões	302
4.	INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	305
4.1.	Noções Gerais de Interpretação	305
4.2.	Critérios de Interpretação	306
4.2.1.	Interpretação quanto à fonte	307
4.2.2.	Interpretação quanto aos efeitos ou resultados	308
4.3.	Interpretação da Legislação Tributária no Código Tributário Nacional	309
4.3.1.	A interpretação necessariamente literal de determinados institutos	310
4.3.2.	A interpretação benigna em matéria de infrações	312
4.3.3.	Princípios de Direito Privado e princípios de Direito Público	314
4.4.	O Princípio do Pecunia Non Olet	318
4.5.	Integração da Legislação Tributária	319

4.5.1.	Discricionariedade interpretativa e limitações ao uso das técnicas de integração	322
	Questões	324
5.	OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA	327
5.1.	Considerações Iniciais	327
5.2.	Obrigação Tributária Principal	329
5.3.	Obrigação Tributária Acessória	330
5.4.	Teoria do Fato Gerador	332
5.4.1.	Fato gerador da obrigação principal	334
5.4.2.	Fato gerador da obrigação acessória	335
5.4.3.	Fato gerador e princípio da legalidade	335
5.4.4.	O momento da ocorrência do fato gerador	337
5.4.4.1.	Fato gerador definido com base em situação de fato	338
5.4.4.2.	Fato gerador definido com base em situação jurídica	339
5.4.4.3.	As situações jurídicas condicionadas	339
5.5.	Evasão, Elisão e Elus�o Tributária	341
5.6.	Norma Geral Antielis�o Fiscal	344
5.7.	Elementos Subjetivos da Obrigação Tributária	348
5.7.1.	Sujeito ativo da obrigação tributária	348
5.7.2.	Sujeito passivo da obrigação tributária	352
5.7.3.	Solidariedade	356
5.7.3.1.	Características da solidariedade	358
5.7.4.	Capacidade tributária passiva	361
5.8.	Domicílio Tributário	363
	Questões	367
6.	RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA	371
6.1.	Considera�es iniciais	371
6.2.	Modalidades de Responsabilidade	373
6.3.	Responsabilidade por Transfer�ncia	374
6.4.	Responsabilidade por Substituiç�o	375
6.4.1.	Substituiç�o tributária regressiva	375
6.4.2.	Substituiç�o tributária progressiva	377
6.4.2.1.	A constitucionalidade da sistemática da substituiç�o progressiva	379

6.4.2.2.	A questão da restituição	381
6.5.	Disciplina Legal da Responsabilidade por Sucessão	386
6.5.1.	A responsabilidade do adquirente de bens imóveis	387
6.5.1.1.	O caso da apresentação de certidão negativa	388
6.5.1.2.	O caso da arrematação em hasta pública	389
6.5.2.	A responsabilidade do adquirente ou remetente de bens móveis	389
6.5.3.	A responsabilidade na sucessão causa mortis	391
6.5.4.	A responsabilidade na sucessão empresarial	396
6.5.4.1.	A responsabilidade na fusão, incorporação, transformação, cisão e extinção de pessoas jurídicas	397
6.5.4.2.	Os casos de extinção da sociedade	400
6.5.4.3.	A responsabilidade do adquirente de fundo de comércio ou estabelecimento	400
6.6.	Responsabilidade de terceiros	405
6.6.1.	Responsabilidade de terceiros decorrentes de atuação regular	405
6.6.2.	Responsabilidade de terceiros decorrentes de atuação irregular	409
6.7.	Responsabilidade por Infrações	416
6.7.1.	Responsabilidade pessoal do agente	419
6.7.2.	Denúncia espontânea de infrações	422
	Questões	428
7.	CRÉDITO TRIBUTÁRIO E LANÇAMENTO	433
7.1.	Crédito Tributário e Lançamento	433
7.1.1.	Competência para lançar	436
7.1.2.	Lançamento como atividade vinculada	438
7.1.3.	Legislação material e formal aplicável ao procedimento de lançamento	439
7.1.4.	Taxa de câmbio aplicável ao procedimento de lançamento	441
7.1.5.	Alteração do lançamento regularmente notificado	442
7.1.5.1.	Impugnação pelo sujeito passivo	443
7.1.5.2.	Recurso de ofício e recurso voluntário	444
7.1.5.3.	Iniciativa de ofício da autoridade administrativa	445
7.1.6.	Erro de direito e erro de fato – Possibilidade de alteração do lançamento	446
7.2.	Modalidades de Lançamento	448
7.2.1.	Lançamento de ofício ou direto	449
7.2.2.	Lançamento por declaração ou misto	451

7.2.2.1.	Retificação de declaração	454
7.2.2.2.	Laçamento por arbitramento	455
7.2.3.	Laçamento por homologação ou “autolçamento”	458
7.2.4	Modalidades de lançamento e autonomia	460
	Questões	461
8.	SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	465
8.1.	Considerações Iniciais	465
8.2.	Depósito do Montante Integral	468
8.3.	Reclamações e Recursos no Processo Administrativo Fiscal	470
8.4.	Liminar em Mandado de Segurança	474
8.5.	Liminar ou Tutela Antecipada em outras Espécies de Ação Judicial	476
8.6.	Moratória	478
8.6.1.	Moratória parcelada e parcelamento – Diferenciação	480
8.6.2.	Créditos abrangidos pela moratória	482
8.6.3.	Moratória individual e direito adquirido	483
8.7.	Parcelamento	485
	Questões	488
9.	EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	491
9.1.	Considerações Iniciais	491
9.1.1.	Pagamento	494
9.1.1.1.	Cumulatividade das multas	494
9.1.1.2.	Pagamento e presunções civilistas	495
9.1.1.3.	Local e prazo para pagamento	496
9.1.1.4.	Efeitos da mora em Direito Tributário	497
9.1.1.4.1.	Juros de mora, multa de mora e correção monetária – diferenças	497
9.1.1.4.2.	Termo inicial da fluência de juros e da multa de mora	498
9.1.1.4.3.	Processo administrativo de consulta	499
9.1.1.5.	Forma de pagamento	499
9.1.1.6.	Imputação em pagamento	501
9.1.1.7.	Pagamento indevido e repetição de indébito	503
9.1.1.7.1.	Restituição de tributo indireto	504
9.1.1.7.2.	Restituição de juros e multas	508

9.1.1.7.3.	Termo inicial da fluência de juros e correção monetária na restituição	509
9.1.1.7.4.	Prazo para pleitear restituição no âmbito administrativo	515
9.1.1.7.5.	Prazo na extinção não contenciosa do crédito	516
9.1.1.7.6.	Prazo na extinção contenciosa do crédito	518
9.1.1.7.7.	Prazo para pleitear a restituição no âmbito judicial	520
9.1.2.	Compensação	522
9.1.3.	Transação	529
9.1.4.	Remissão	531
9.1.5.	Decadência	533
9.1.5.1.	Regra geral	537
9.1.5.2.	Regra da antecipação de contagem	538
9.1.5.3.	Regra da anulação de lançamento por vício formal ...	539
9.1.5.4.	Regra do lançamento por homologação	541
9.1.5.4.1.	A tese dos “cinco mais cinco”	543
9.1.5.4.2.	O entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça	545
9.1.5.4.3.	O prazo decadencial e as contribuições para a Seguridade Social	548
9.1.6.	Prescrição	549
9.1.6.1.	Interrupção do prazo prescricional	550
9.1.6.1.1.	O despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal	551
9.1.6.1.2.	O protesto judicial e a constituição em mora	552
9.1.6.1.3.	A confissão de dívida	553
9.1.6.2.	Suspensão do prazo prescricional	554
9.1.7.	Conversão do depósito em renda	558
9.1.8.	Pagamento antecipado e a homologação do lançamento	559
9.1.9.	Consignação em pagamento julgada pela procedência	560
9.1.10.	Decisão administrativa irreformável	563
9.1.11.	Decisão judicial passada em julgado	564
9.1.12.	Dação em pagamento em bens imóveis	565
	Questões	566
10.	EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	571
10.1.	Considerações Iniciais	571

10.1.1.	Isenção	572
10.1.2.	Anistia	577
	Questões	579
11.	GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	581
11.1.	A Questão Terminológica	581
11.2.	As Garantias como Rol Não Exaustivo	582
11.2.1.	Renda e patrimônio do sujeito passivo respondendo pelo crédito tributário	583
11.2.2.	Presunção de fraude na alienação ou oneração de bens ou rendas	586
11.2.3.	A “penhora on-line”	588
11.2.4.	Exigência de prova da quitação de tributos – As garantias indiretas	590
11.3.	Os Privilégios	593
11.3.1.	Regra geral	593
11.3.2.	Regras aplicáveis aos processos de falência e concordata	593
11.3.3.	Regras aplicáveis aos processos de inventário e arrolamento ...	597
11.3.4.	Regras aplicáveis aos processos de liquidação judicial ou voluntária	598
11.3.5.	Autonomia do executivo fiscal	599
11.3.6.	Concurso de preferência entre pessoas jurídicas de Direito Público	600
	Questões	603
12.	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	607
12.1.	Considerações Iniciais	607
12.2.	Fiscalização	608
12.2.1.	Poderes das autoridades fiscais	608
12.2.2.	Os deveres das autoridades fiscais	614
12.2.2.1.	O dever de documentar o início do procedimento ...	615
12.2.2.2.	O dever de manter sigilo e suas exceções	616
12.2.2.2.1.	A transferência do sigilo	616
12.2.2.2.2.	A divulgação das informações	618
12.2.2.2.3.	A permuta de informações sigilosas entre entes tributantes	621
12.3.	Dívida Ativa	624
12.4.	Certidões Negativas	628

12.4.1.	Certidões positivas com efeitos de negativas	629
12.4.2.	Dispensa da apresentação de certidão negativa	631
12.4.3.	Responsabilidade por expedição de certidão com erro	632
12.5.	A utilização de meios indiretos de cobrança e a vedação às sanções políticas	633
	Questões	636

13. OS IMPOSTOS PREVISTOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL 639

13.1.	Impostos Federais	639
13.1.1.	Imposto sobre a Importação – II	640
13.1.1.1.	Fato gerador	640
13.1.1.2.	Base de cálculo	644
13.1.1.3.	Contribuintes	645
13.1.1.4.	Lançamento	646
13.1.1.5.	Regimes aduaneiros especiais e regimes aduaneiros aplicados em áreas especiais	646
13.1.1.6.	Visão geral do imposto	651
13.1.2.	Imposto de Exportação – IE	652
13.1.2.1.	Fato gerador	652
13.1.2.2.	Base de cálculo	653
13.1.2.3.	Contribuintes	654
13.1.2.4.	Lançamento	654
13.1.2.5.	Regimes aduaneiros especiais na exportação	654
13.1.2.6.	Visão geral do imposto	655
13.1.3.	Imposto de Renda – IR	656
13.1.3.1.	Princípios constitucionais aplicáveis ao IR	656
13.1.3.2.	Fato gerador	657
13.1.3.3.	Base de cálculo	662
13.1.3.4.	Contribuintes	663
13.1.3.5.	Lançamento	663
13.1.3.6.	Visão geral do imposto	664
13.1.4.	Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	664
13.1.4.1.	Seletividade	665
13.1.4.2.	Não cumulatividade	665
13.1.4.3.	Imunidades	670
13.1.4.4.	Incentivo na aquisição de bens de capital	671
13.1.4.5.	Fato gerador	671

13.1.4.6.	Base de cálculo	674
13.1.4.7.	Contribuintes	675
13.1.4.8.	Lançamento	675
13.1.4.9.	Visão geral do imposto	675
13.1.5.	Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	676
13.1.5.1.	IOF sobre o ouro	677
13.1.5.2.	Fato gerador	678
13.1.5.3.	Base de cálculo	679
13.1.5.4.	Contribuintes	679
13.1.5.5.	Lançamento	679
13.1.5.6.	Visão geral do imposto	679
13.1.6.	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR	680
13.1.6.1.	Progressividade	681
13.1.6.2.	Imunidade das pequenas glebas	682
13.1.6.3.	Possibilidade de delegação da fiscalização e cobrança	683
13.1.6.4.	Fato gerador	683
13.1.6.5.	Base de cálculo	685
13.1.6.6.	Contribuintes	685
13.1.6.7.	Lançamento	686
13.1.6.8.	Visão geral do imposto	686
13.1.7.	Imposto sobre Grandes Fortunas – IGF	687
13.2.	Impostos estaduais	687
13.2.1.	Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCMD	688
13.2.1.1.	A fixação de alíquotas máximas pelo Senado Federal – Vinculação e progressividade	688
13.2.1.2.	Definição do Estado (ou Distrito Federal) competente para a cobrança	689
13.2.1.3.	Fato gerador	691
13.2.1.4.	Base de cálculo	692
13.2.1.5.	Contribuintes	692
13.2.1.6.	Lançamento	693
13.2.1.7.	Visão geral do imposto	693
13.2.2.	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços – ICMS	693
13.2.2.1.	O conceito de mercadoria	695
13.2.2.2.	Os serviços tributados pelo ICMS	697
13.2.2.2.1.	A tributação dos serviços de transporte e suas diversas vias	698

13.2.2.2.2.	Serviços de comunicação, serviços de valor adicionado e atividades preparatórias	701
13.2.2.3.	Seletividade	704
13.2.2.4.	Não cumulatividade	704
13.2.2.5.	O ICMS nas operações interestaduais	708
13.2.2.6.	O ICMS nas importações	716
13.2.2.7.	ICMS e operações de leasing	720
13.2.2.8.	ICMS e as operações de comodato na importação ..	724
13.2.2.9.	A tributação conjunta de mercadorias e serviços	725
13.2.2.10.	Imunidades	727
13.2.2.10.1.	Exportações	727
13.2.2.10.2.	Combustíveis e lubrificantes derivados de petróleo e energia elétrica	727
13.2.2.10.3.	Outras imunidades	730
13.2.2.11.	ICMS sobre combustíveis e lubrificantes	730
13.2.2.12.	Concessão de benefícios fiscais de ICMS	732
13.2.2.13.	Fatos geradores	732
13.2.2.14.	Bases de cálculo	734
13.2.2.15.	Contribuintes	735
13.2.2.16.	Lançamento	736
13.2.2.17.	Visão geral do imposto	736
13.2.3.	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	737
13.2.3.1.	Disposições constitucionais sobre o IPVA	737
13.2.3.2.	Fato gerador, base de cálculo e contribuintes do IPVA	738
13.2.3.3.	Lançamento	739
13.2.3.4.	Visão geral do imposto	740
13.3.	Impostos municipais	740
13.3.1.	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	740
13.3.1.1.	Progressividade fiscal em razão do valor do imóvel	741
13.3.1.2.	Progressividade extrafiscal	743
13.3.1.3.	Diferenciação de alíquotas de acordo com o uso e a localização do imóvel	744
13.3.1.4.	Fato gerador	745
13.3.1.5.	Base de cálculo	746
13.3.1.6.	Contribuinte	747
13.3.1.7.	Lançamento	748

13.3.1.8.	Visão geral do imposto	749
13.3.2.	Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI	749
13.3.2.1.	Definição do Município competente para a cobrança	751
13.3.2.2.	A imunidade nos eventos societários	752
13.3.2.3.	Imunidade na transferência decorrente de reforma agrária	753
13.3.2.4.	Fato gerador	753
13.3.2.5.	Base de cálculo	754
13.3.2.6.	Contribuinte	755
13.3.2.7.	Lançamento	756
13.3.2.8.	Visão geral do imposto	756
13.3.3.	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	756
13.3.3.1.	Regime de alíquotas e concessão de benefícios do ISS	758
13.3.3.2.	Isenção heterônoma nas exportações	761
13.3.3.3.	Fato gerador	761
13.3.3.4.	Base de cálculo	762
13.3.3.5.	Contribuinte	762
13.3.3.6.	Lançamento	762
13.3.3.7.	Visão geral do imposto	763
	<i>Questões</i>	763
14.	REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS	769
14.1.	Noções gerais	769
14.2.	Terminologia Adotada	770
14.3.	Espécies de Repartição	771
14.4.	Tributos cujas Receitas estão sujeitas À Repartição	771
14.5.	Impostos cujas Receitas não são Repartidas	773
14.6.	Casos de Repartição Direta Previstos na Constituição Federal de 1988.	773
14.6.1.	Repartição direta do IOF-Ouro com o Distrito Federal ou com os Estados e Municípios	773
14.6.2.	Repartição direta de receitas da União com os Estados e o Distrito Federal	773
14.6.3.	Repartição direta de receitas da União com os Municípios	774
14.6.4.	Repartição direta de receitas dos Estados com os Municípios ...	776
14.7.	Casos de Repartição Indireta Previstos na Constituição Federal de 1988	778

14.7.1. Os fundos de participação e de incentivo ao setor produtivo do Norte, Nordeste e Centro-Oeste	779
14.7.2. O fundo de compensação à desoneração das exportações	784
14.8. Garantias de Repasse	785
14.9. O dever de repasse e as renúncias fiscais	786



Questões	787
----------------	-----

15. O SIMPLES NACIONAL	791
15.1. Considerações Iniciais	791
15.2. Conceito	794
15.3. Definição de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP	794
15.4. As Condições de Enquadramento Diferenciado por Estado, DF ou município	798
15.5. Vedações à opção	800
15.5.1. Vedação plena	802
15.5.2. Vedação parcial	803
15.6. Opção pelo Regime	808
15.7. Exclusão do Regime	810
15.8. Tributos Incluídos na Sistemática	812
15.9. Tributos Não Incluídos na Sistemática	813
15.10. Tributos Sujeitos a Regras Específicas	817
15.10.1. O Imposto de Renda retido na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras	817
15.10.2. O Imposto de Renda sobre os rendimentos pagos aos sócios ..	817
15.10.3. O ISS retido na fonte	819
15.10.4. Abatimento da base de cálculo do ISS dos materiais fornecidos	819
15.10.5. ISS e ICMS com valor fixo	820
15.10.6. Possibilidade de concessão unilateral de isenção ou redução da COFINS, PIS/PASEP e ICMS para produtos da cesta básica ..	821
15.10.7. Menor alíquota de IPTU para o Microempreendedor Individual – MEI	821
15.11. Tributação monofásica, substituição tributária e exportação	822
15.12. Desoneração da aquisição de bens para o ativo imobilizado	823
15.13. Percentuais de Incidência e Repartição das Receitas	825
15.14. O microempreendedor individual – mei e a sistemática de recolhimento em valores fixos	829

15.15. Obrigações Acessórias a Cargo do Optante	832
15.16. Privilégio no cumprimento de novas obrigações	833
15.17. Responsabilidade tributária solidária dos sócios na dissolução da sociedade inativa	834
15.18. Domicílio Fiscal Eletrônico	835
15.19. Fiscalização Compartilhada	837
15.20. Processo administrativo fiscal	838
15.21. Processo Judicial	839
15.22. Instâncias de gerência do simples nacional	840
 Questões	841
BIBLIOGRAFIA	843
GABARITO	847
APÊNDICE	851
Súmulas vinculantes do STF	851
Demais súmulas do STF	852
Súmulas do STJ	856